

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 15 de junho de 2018, faço estes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, **Dra. ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**. Eu, \_\_\_\_\_, Escrivão Judicial I, subscrevo.

**SENTENÇA**

Processo nº: **1014017-54.2016.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Compra e Venda**  
 Requerente: **Macromed Produtos Hospitalares Ltda**  
 Requerido: **Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora de Fátima e Beneficência Portuguesa de Araraquara**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ana Cláudia Habice Kock**

Vistos.

Trata-se de **Procedimento Comum - Compra e Venda** propostos por **Macromed Produtos Hospitalares Ltda** em face de **Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora de Fátima e Beneficência Portuguesa de Araraquara** alegando, em resumo, que firmou com a requerida acordo de prestação de serviços para aluguel de equipamentos médicos. Que prestou os serviços, porém a ré não efetuou integralmente os pagamentos, restando um débito no valor de R\$ 43.828,76.

Requer a procedência, condenando-se a ré ao pagamento da dívida e dos encargos de sucumbência.

A requerida foi citada e apresentou resposta alegando, em resumo, que não há comprovação nos autos da contratação alegada pela autora. Em caso de condenação, os juros devem ser contados a partir da citação e a correção monetária, do ajuizamento. Pediu a improcedência (fls. 75/83).

Houve réplica (fls. 115/117).

A sentença de fls. 126/127 julgou improcedente o pedido. Contra essa decisão, a requerente interpôs recurso de apelação, ao qual foi dado provimento para



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

anular o pronunciamento.

Foi designada audiência de instrução e julgamento (fls. 156/157), ocasião em que foram ouvidas três testemunhas, todas arroladas pela autora. A requerida não compareceu ao ato e a autora reiterou os termos da inicial.

**É O RELATÓRIO.**

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

O pedido deve ser julgado procedente.

Alega a requerente que firmou contrato verbal com a requerida para locação de equipamento e venda de insumos, bem como que os serviços foram prestados e não houve o pagamento integral.

A ré limitou suas alegações à inexistência de documentos comprobatórios do contrato alegado. Devidamente intimada, não apresentou contrarrazões de apelação e não compareceu à audiência de instrução e julgamento.

Diferentemente da M.M. Magistrada que proferiu a sentença de fls. 126/127, entendo que os documentos juntados às fls. 25/68 configuram início de prova da contratação firmada entre as partes.

Ademais, a três testemunhas ouvidas, apesar de funcionários da requerente, confirmaram a contratação e que, por diversas vezes, prestaram serviços à requerida para manutenção dos equipamentos locados.

Os documentos de fls. 35/40 demonstram a manutenção realizada pelos funcionários da requerente e estão devidamente assinados no campo cliente. Em um deles (fls. 40), inclusive, há indicação de que a "cliente" era uma farmacêutica, constando seu número de registro no Conselho Regional de Farmácia.

Não se desincumbiu a ré, então, de seu ônus probatório previsto no artigo 373, inciso II, do Código de Processo Civil, o que leva à procedência da demanda.

Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** o pedido e condeno a requerida a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

pagar à requerente a importância de R\$ 43.828,76, com a incidência de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação, e correção monetária a partir do ajuizamento da demanda e, por consequência, julgo **EXTINTO** o feito, nos termos do art. 487, inciso I do Código de Processo Civil.

Arcará a requerida com o pagamento das custas e honorários advocatícios fixados em 10% do valor total da condenação, observado o art. 98, §3º do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

Araraquara, 6 de agosto de 2018.

**ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**

Juíza de Direito

**DATA**

Em **6 de agosto de 2018**, recebi estes autos em cartório. Eu, \_\_\_\_\_, Escrevente, escrevi.